

() Graduação (x) Pós-Graduação

**INFLAÇÃO, CUSTO DA CESTA BÁSICA E A PANDEMIA DE COVID 19: uma
análise de dados em painel**

Leucivaldo Carneiro Morais
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Campus
Naviraí (IFMS)
leucivaldo.morais@ifms.edu.br

Mauricio Hiroyuki Kubo
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
mauricio.kubo019@academico.ufgd.edu.br

Vilson Pedro Nery
Advogado em Cuiabá - Mato Grosso
vilsonery@gmail.com

Paulo Henrique Hoeckel
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
paulohoeckel@ufgd.edu.br

Jonathan Gonçalves da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
jonathandasilva@ufgd.edu.br

RESUMO

Esse artigo teve como objetivo analisar o impacto da Pandemia do Covid na variação dos preços da cesta básica em dezessete capitais do país, no período de março de 2020 a julho de 2021. Para ter maior confiabilidade nos dados elaboramos uma correlação entre os índices de inflação, número de óbitos, variação dos preços de alimentos, concessão de Auxílio Emergencial e taxa de desocupados durante a pandemia, nas dezessete capitais investigadas. Foram utilizados os relatórios oficiais, consulta bibliográfica e análise de estatística para explicar o tema proposto. Foram evidenciados aumentos de preço em todas as capitais estudadas, todavia Porto Alegre foi a capital que teve a maior variação da cesta básica no mês de julho com 28,50%, e a menor variação ficou com a cidade de Salvador com 16,22%. Os resultados dos modelos estimados indicam para uma relação positiva e significativa entre inflação associada ao preço da cesta básica e a pandemia.

Palavras-chave: alimentos; cesta básica; covid 19; desemprego; inflação; óbitos.

1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) realizada pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos¹, em dezessete capitais de estados, acompanha mensalmente a evolução de preços de treze produtos de alimentação, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los. Outro dado importante da pesquisa refere-se às horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes produtos. O salário mínimo necessário para compra da cesta básica, também divulgado mensalmente, é calculado com base no custo mensal para aquisição da cesta básica ideal.

O presente estudo apresenta a metodologia utilizada pelo Dieese para a PNCBA², conforme estabelecida pelas linhas gerais do Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1998, que denomina salário mínimo como sendo “a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” (art. 2º).

Sabe-se que os valores do salário mínimo em vigor no período investigado, foram de R\$ 1.045,00 (2020) e R\$ 1.100,00 (2021). Todavia, para consolidar a análise foi considerado o valor de R\$ 1.212,00, estabelecido na Medida Provisória nº 1.091, de 21 de dezembro de 2021, posteriormente convertida em lei. Após a descrição das normas, apresenta-se a forma como foi implantada a pesquisa nas várias capitais brasileiras. Para isso, descreve-se a Pesquisa de Locais de Compra, realizada pelos vários escritórios regionais do DIEESE para o início da coleta de preços do cálculo da Cesta. São também descritos os procedimentos metodológicos utilizados para calcular o custo da Cesta Básica de Alimentos e do Salário Mínimo Necessário, ambos divulgados mensalmente pelo Dieese. Trata-se de valioso instrumento na luta em defesa da manutenção do poder aquisitivo do trabalhador, principalmente daquele que é remunerado por meio de salário mínimo.

O objetivo do presente estudo é analisar como a inflação recente está relacionada com a variação dos preços da cesta básica em dezessete capitais do país³ e com a pandemia do Covid 19.

¹ Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/cesta/>>. Acesso em 05 de jun de 2022.

² O Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, estipula as quantidades da cesta e diferencia as quantidades e produtos por grupos de região, conforme a metodologia da cesta, disponível em <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>.

³ A saber: Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Vitória, Campo Grande, Brasília, Fortaleza, Goiânia, Belo Horizonte, Belém, Natal, João Pessoa, Aracaju, Recife e Salvador.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PANDEMIA DO COVID 19.

A pandemia do Covid 19 vem produzindo repercussões não apenas na área da saúde, mas, em escala mundial, afeta os setores sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais e históricos, sem haver precedente semelhante na história recente da humanidade.

No dia 11 de março de 2020 Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que estava em curso uma pandemia denominada COVID 19. O vírus rapidamente se expandiu pelo mundo, com impactos profundos na saúde pública e choques imprevisíveis nas economias e nos mercados de trabalho.

Atualmente, o Brasil é o segundo país com mais óbitos pela Covid, com 667.000 mil pessoas que perderam a vida pela infecção do vírus, seguido pelos Estados Unidos da América, com 1 milhão de vítimas. O estado de São Paulo teve até a presente data 169.000 óbitos, o estado do Amapá é o que obteve o menor números de óbitos pela Covid 19 até agosto de 31/05/2022, com 2002 casos.

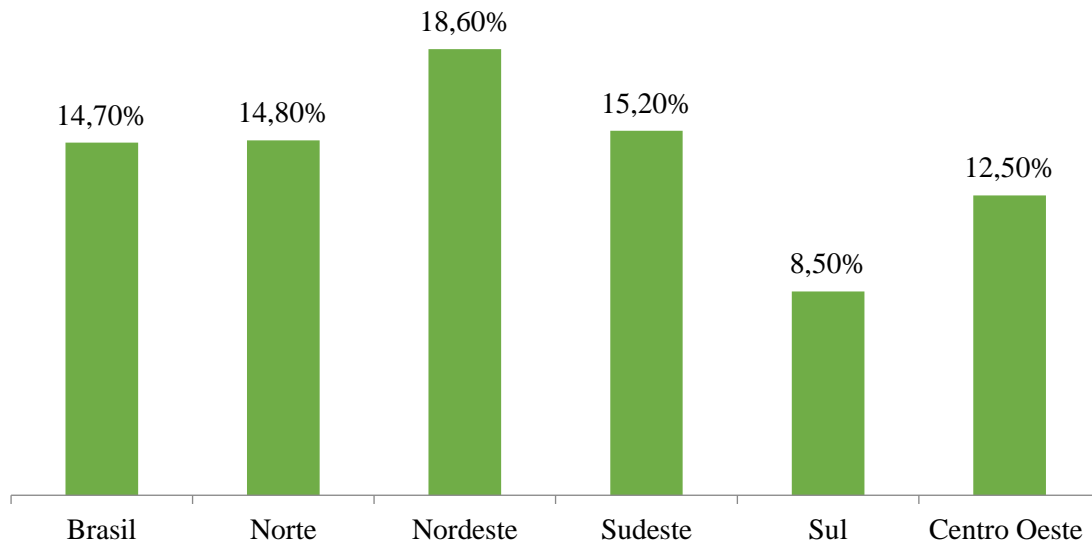
De acordo com dados do Ministério da Saúde (2021), com o avanço da vacina o número de óbitos vem se reduzindo em todo país. Com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação da economia se torna mais difícil, pois quem mais sofre com a pandemia são as pessoas que tem um menor poder aquisitivo, na medida em que precisam sair do isolamento domiciliar para trabalhar, já que dependem do trabalho para sua sobrevivência.

Por outro lado, vimos às tentativas frustradas em conter o avanço da pandemia pelo Brasil, a falta de entendimento entre as diversas esferas de governo, criou novos problemas, tanto nas esferas econômica, social e política.

2.2 O AUMENTO DO DESEMPREGO NO PAÍS DURANTE A PANDEMIA

De acordo com IBGE (2021), em março daquele ano o número de desempregados era 12,2%. Em relação a março de 2020, o número de desempregados aumentou na ordem de 15,2%, e 1,956 milhão de pessoas a mais estariam procurando trabalho. O total de desocupados cresceu 6,3% em relação a dezembro, com 880 mil pessoas a mais em busca de vagas de trabalho. Como pode-se observar no gráfico abaixo, as taxas para cada região.

Gráfico 1- Taxa de Desocupação no Brasil e nas Grandes Regiões, 1º trimestre 2021



Fonte: IBGE, 2021.

A região Nordeste foi a que mais sofreu com a desocupação dos trabalhadores, comportando 18,6% de sua população na condição de desempregada, seguido pela região Sudeste, com 15,2%. Com o desemprego muitas pessoas estão passando por necessidades, resultando em insegurança alimentar. Este artigo vem mostrar a variação dos preços da cesta básica em 17 capitais entre março de 2020 a julho de 2021, fazendo a correlação de algumas variáveis.

As medidas de bloqueio total ou parcial (isolamento social, lock down), realizadas por diversos países para retardar e conter a disseminação da doença, afetaram quase 2,7 bilhões de trabalhadores, representando cercam de 81% da força de trabalho mundial (OIT,2020).

Com as medidas adotadas para conter o avanço da Covid, a economia foi bruscamente afetada, principalmente as pequenas empresas, o que levou muitas delas a interromper suas atividades. Em decorrência disso, muitas empresas começaram a ter dificuldades para cumprir com suas obrigações financeiras, por falta de clientes e interrupção dos negócios, tendo como consequência as demissões, alavancando os problemas do desemprego.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA

Adiante serão apresentados alguns programas sociais que o Governo Federal utilizou para apoiar os setores afetados pela pandemia, com o propósito de favorecer a geração de emprego e renda, bem como melhorar as condições sociais e de habilidades da população mais vulnerável. O momento exigiu a adoção de políticas públicas que conduzissem a efetivação do

direto à saúde e ao trabalho.

O Auxílio Emergencial⁴ foi sem dúvida uma alternativa utilizada pelo Governo Federal para minimizar os impactos gerados pela pandemia, uma vez que muitas famílias se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica provocada pela pandemia. De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Cidadania (2021), estima que o benefício chegou a 60% da população brasileira, sendo que até o mês de agosto de 2021 haviam sido liberados cerca de R\$ 166,4 bilhões de reais, auxiliando famílias beneficiárias e impactando a economia local.

Os beneficiados pelo programa foram os trabalhadores informais, desempregados, microempreendedores individuais (MEI), famílias de baixa renda, sendo que as regiões Norte e Nordeste corresponderam a 75% dos atendidos.

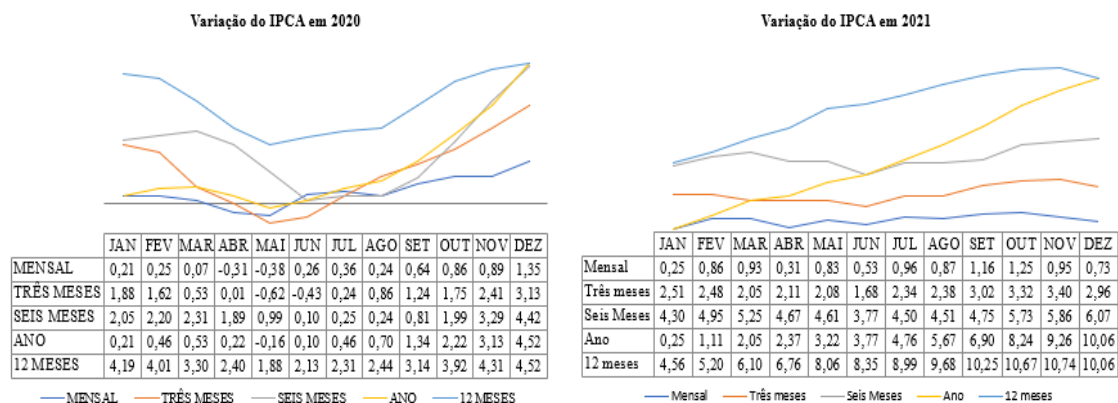
O Auxílio Emergencial foi um grande estímulo para a economia nacional, as pessoas que receberam o dinheiro movimentaram a economia, tanto nos setores de serviço como o do comércio. Mas a medida não foi o suficiente, pois com o avanço do desemprego, milhares de famílias sofreram a diminuição de renda e deixaram de ter o mínimo existencial.

2.3 A INFLAÇÃO NA CESTA BÁSICA NAS PRINCIPAIS CAPITAIS DO PAÍS

A inflação é um efeito que incide diretamente sobre o consumo. Neste sentido, analisaremos a variação da inflação da cesta básica em 17 capitais, e para isso adota-se o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que mede a variação apenas para famílias que possuem renda 1 a 5 salários mínimos. São grupos mais sensíveis às variações de preços, pois tendem a gastar todos os seus rendimentos em itens básicos de consumo, como alimentação, medicamentos e transporte, conforme a tabela abaixo.

⁴ Lei nº 13.982, de 2 de Abril de 2020.

Gráfico 2- Índice Nacional de Preços ao Consumidor



Fonte: Índice Preços ao Consumidor Amplo, IBGE, 2021

De acordo com os números do IPCA - Índice Preços do Consumidor Amplo, a inflação oficial do Brasil fechou o período de 2021 com a cifra de 10,06%, sob forte influência dos preços dos combustíveis. Esse foi o maior nível para um ano, desde 2015, que foi 10,67% no acumulado. Isso impacta na elevação dos preços que vêm sendo registrados nos itens de alimentação, e busca-se explicação na previsão governamental que estipulava uma variação de 4,52% no custo da cesta básicas nas principais capitais.

A inflação é o aumento constante dos preços, reduzindo o poder de compra, e é explicada por vários fatores, desde os fatores climáticos, o aumento da cotação do dólar, o avanço da pandemia. A doença afetou a força de trabalho, as empresas diminuíram a produção, resultando na baixa produção dos alimentos, mostrando um efeito direto sobre o preço dos produtos.

Tabela 1- Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Custo e variação da cesta básica em 17 capitais Brasil – julho 2021

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
Porto Alegre	656,92	2,27	64,56	154h 55m	6,70	28,50
Florianópolis	654,43	1,40	64,32	154h 33m	6,31	25,36
São Paulo	640,51	2,19	62,95	151h 37m	1,43	22,06
Rio de Janeiro	621,34	0,34	61,07	146h 18m	0,04	22,86
Curitiba	619,83	0,20	60,92	146h 18m	14,71	17,81
Vitória	612,45	0,19	60,19	144h 44m	2,03	26,33
Campo Grande	588,84	3,89	57,87	138h 52m	2,14	22,73
Brasília	582,35	-0,45	57,23	137h 34m	-1,60	29,42
Fortaleza	562,82	3,92	55,31	132h 44m	5,21	23,77
Goiânia	562,13	1,93	55,25	132h 34m	-0,30	18,88
Belo Horizonte	549,49	3,29	54,00	129h 35m	-3,35	18,15
Belém	522,66	0,80	51,37	123h 23m	4,35	18,52
Natal	506,51	1,26	49,78	119h 45m	10,40	17,61
João Pessoa	492,30	-0,70	48,38	116h 10m	3,60	17,85
Aracaju	488,42	3,71	48,00	115h 16m	7,78	24,36
Recife	487,60	0,76	47,92	115 horas	3,88	11,81
Salvador	482,58	3,27	47,43	113h48m	0,73	16,22

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos-DIEESE, julho 2021.

Na real conjuntura econômica se observa o poder de compra das famílias brasileiras diminuindo dia a dia e, na direção inversa, o aumento constante dos preços impactando nos números da inflação, refletindo diretamente nos custos da cesta básica, prejudicando os mais vulneráveis.

Neste cenário, uma família que possui uma renda mensal de R\$ 1.212,00⁵ descontando a contribuição previdenciária devida ao INSS, de 7,5%, que corresponde a R\$ 90,90, teria que sobreviver com a quantia de R\$ 1.121,10. Nesta situação o chefe de família teria um ganho líquido de R\$ 5,05 por hora. Ou seja, ele deverá trabalhar 16 dias e 2 horas para comprar a cesta básica.

De acordo com a Tabela 1 (acima) a cidade de Porto Alegre tem a cesta básica mais cara do país, no valor de R\$ 656,92, e isso representa a parcela de 54,20% do salário mínimo, importando deduzir que esse chefe de família necessite trabalhar 32 horas e 52 minutos para pagar o consumo.

⁵ Utilizou-se o valor do salário mínimo em vigor no mês de junho de 2022, instituído pela Medida Provisória nº 1.091, de 2021, para efeitos didáticos.

Tabela 2 - Preços da cesta básica nas 17 capitais, e o percentual do s.m. necessário a compra

Capitais	Preços Médio	Variação % relação ao salário	Tempo de Trabalho (horas)
Porto Alegre	R\$ 656,92	54,20	32 horas e 52 minutos
Florianópolis	R\$ 654,43	54,00	32 horas e 40 minutos
São Paulo	R\$ 640,51	52,85	31 horas e 42 minutos
Rio de Janeiro	R\$ 621,34	51,27	30 horas e 45 minutos
Curitiba	R\$ 619,83	51,14	30 horas e 40 minutos
Vitória	R\$ 612,45	50,53	30 horas e 32 minutos
Campo Grande	R\$ 588,84	48,58	29 horas e 15 minutos
Brasília	R\$ 582,35	48,05	28 horas e 50 minutos
Fortaleza	R\$ 562,82	46,44	27 horas e 52 minutos
Goiânia	R\$ 562,13	46,38	27 horas e 50 minutos
Belo Horizonte	R\$ 549,49	45,34	27 horas e 20 minutos
Belém	R\$ 522,66	43,12	25 horas e 52 minutos
Natal	R\$ 506,51	41,79	25 horas e 07 minutos
João Pessoa	R\$ 492,30	40,62	24 horas e 37 minutos
Aracaju	R\$ 488,42	40,30	24 horas e 18 minutos
Recife	R\$ 487,60	40,23	24 horas e 14 minutos
Salvador	R\$ 482,58	39,82	23 horas e 53 minutos
Salário Mínimo	R\$ 1.212,00		

Fonte: Dados extraídos do DIEESE (julho/2021) e adaptado pelos autores.

De acordo com os dados acima, são visíveis os efeitos da inflação no período de pandemia, em relação ao custo da cesta básica, e sabe-se que a cidade de Porto Alegre registrou o custo mais elevado da cesta básica: R\$ 656,92. Esse montante representa 54,20% do salário mínimo em vigor (na virada de 2021 para 2022). Na outra ponta a cidade de Salvador apresenta o menor custo de força de trabalho para a compra da cesta básica, que ficou em R\$ 482,58, impactando 39,82% sobre o salário mínimo.

Já levando em consideração os números de horas de labor necessárias para comprar a mesma cesta básica, são devidas 54 horas e 20 minutos de esforço em Porto Alegre, já em Salvador o tempo de trabalho é de 23 horas e 53 minutos.

Tabela 3: Taxa de Desocupação nas 17 capitais estudadas

Capitais	Taxas
Brasília	1,40
Campo Grande	10,60
Goiânia	12,70
Belo Horizonte	12,50
Rio de Janeiro	16,60
São Paulo	14,50
Vitória	13,00
Curitiba	10,00
Florianópolis	7,60
Porto Alegre	9,80
Belém	15,30
Aracaju	18,90
Fortaleza	14,70
João Pessoa	15,90
Natal	16,80
Recife	17,90
Salvador	19,80

Fonte: IBGE, 2022

De acordo com os dados acima, Brasília foi a capital que teve menor taxa desemprego no período da pandemia com 1,40% da população já Salvador foi a capital com maior taxa de desemprego com 19,80%

Conforme IBGE (2022), nesse mesmo período a taxa de desocupação no terceiro trimestre de 2020 estava em 14,90% agora no primeiro trimestre de 2022 encontra-se em 11%. Ou seja, devido a pandemia muitas pessoas perderam seus empregos e acabaram necessitando do auxílio emergencial para sua sobrevivência.

Tabela 5: Taxa de Auxílio Emergencial disponível para população das capitais

Auxílio Emergencial nas capitais	Taxa
Brasília	28,90%
Campo Grande	37,90%
Goiânia	43,10%
Belo Horizonte	38,80%
Rio de Janeiro	34,90%
São Paulo	32,10%
Vitória	42,20%
Curitiba	32,80%
Florianópolis	22,00%
Porto Alegre	27,00%
Belém	61,60%
Aracaju	53,60%
Fortaleza	55,10%
João Pessoa	53,70%
Natal	52,80%
Recife	54,50%
Salvador	54,40%

Fonte: IBGE,2022

Quanto ao auxílio emergencial, foi a solução criada pelo governo federal na tentativa de minimizar os problemas econômicos, causados pela pandemia do COVID 19, no Brasil, dentre esses auxílios financeiros às pessoas que perderam seus empregos por motivo da pandemia Belém foi a capital que mais recebeu o benefício com 61,60% da população e Florianópolis foi a capital que menor teve esse auxílio com 22% da população.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração do presente estudo foram utilizados os dados do DIEESE referente à variação da cesta básica, do IBGE, com relação dos dados populacionais, e as informações prestadas pelos Ministérios da Saúde e de Cidadania, com relação às mediadas sanitárias para enfrentamento da pandemia, e as medidas de auxílio aos vulneráveis.

A construção do banco de dados e as análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do software Stata/Data Analyse® versão 16. O período dos dados vai de março de 2020 até julho de 2021, para as 17 capitais (Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Vitória, Campo Grande, Brasília, Fortaleza, Goiânia, Belo Horizonte, Belém, Natal, João Pessoa, Aracaju, Recife e Salvador), totalizando 398 observações. O modelo de regressão linear utilizado, parte do modelo básico de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), representado na sua forma lin-log (linear na variável dependente e logarítimo natural nas variáveis independentes) pela equação 1, a seguir:

$$\text{Inflação}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln P_{it} + \beta_2 \ln \text{nobitos}_{it} + u_{it} \quad (1)$$

Em que: Inflação_{it} representa a taxa de inflação para a capital i no período t ; $\ln P_{it}$ é o logarítimo natural do Preço da cesta básica (custo) para a capital i no período t ; $\ln \text{nobitos}_{it}$ é o logarítimo natural do número de óbitos devido a Covid-19 para a capital i no período t ; e u_{it} é o termo de erro.

A estratégia empírica de estimação do modelo (1) é primeiramente utilizar MQO para estimar o modelo *Pooled* (dados empilhados), em seguida via Mínimos Quadrados Generalizados (MQG) estimar o modelo de efeitos aleatórios, e, por fim, estimar o modelo de efeitos fixos. A forma estrutural apresentada na equação 1 segue a formulação de dados em painel (longitudinais), porém dado que a pretensão do presente estudo não é focar no desenvolvimento das equações e discussão teórica dos modelos utilizados, sugere-se a revisão de Wooldridge (2015), para uma análise mais detalhada a respeito.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A seguir, na Tabela 6, são apresentados os resultados das estimações realizadas, utilizando como variável dependente a taxa de inflação nas capitais brasileiras.

Os resultados dos modelos *Pooled* (agrupado), efeitos fixos e aleatórios, mostram uma relação positiva e significativa para uma correlação entre o custo da cesta básica (medida pelo preço) e a variação no número de óbitos em decorrência da covid-19 com maiores taxas de inflação nas capitais estudadas. Dessa forma, tem-se uma indicação de que as capitais que tiveram maiores taxas de óbitos em decorrência da pandemia estão relacionadas a maiores índices de inflação no período estudado.

Tabela 6 – Resultado das regressões

Variáveis Independentes	MQO agrupado	Efeitos aleatórios	Efeitos fixos
lnP	1,1754*** (0.000)	2,1181*** (0.000)*	2,3401*** (0.000)*
Innobitos	0,0480*** (0.002)	0,0415* (0.084)	0,0420* (0.095)
constante	-7,0850*** (0.000)	-12,9812*** (0.000)	0,0420* (0.095)
R ²	0,1368	0,1315	0,1306
F (2, 395); (2, 16)	35,49***		32,28***
Observações	398	398 (17)	398 (17)
Wald chi(3)		64,80***	

Fonte: Resultados da pesquisa. Valor p entre parênteses. Em que: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01. Estimções com erros-padrões robustos utilizando o comando, vce (robust).

Os coeficientes estimados mostram uma relação mais forte entre o custo da cesta básica (medida pelo preço - *lnP*) e a taxa de inflação (variando de 1,17 a 2,34), como era de se esperar dado que esta variável está relacionada diretamente com os níveis de inflação. Ou seja, um aumento de 1% no custo da cesta básica está associado a um aumento de 2,34% na taxa de inflação, tudo o mais constante, conforme o modelo de efeitos fixos.

Para a variação nos óbitos por covid-19 e a taxa de inflação, a relação se mostrou com menor magnitude (variando de 0,0415 a 0,048), indicando que um aumento de 1% no nível de óbitos das capitais está associado a um aumento de 0,042% na taxa de inflação das mesmas,

ceteris paribus.

Cabe destacar, que estima-se aqui relações de correlação, como um esforço inicial, que são passíveis de efeitos de problemas como a endogeneidade que pode ser melhor estudada em trabalhos futuros ou que tenham essa intenção, dado a relação direta entre inflação e preço das cestas básicas.

5 CONCLUSÕES

A emergência sanitária decorrente do coronavírus afetou o mercado de trabalho e o padrão de consumo em 17 capitais brasileiras. O estudo do DIEESE demonstrou que o preço mais elevado da cesta mais elevado foi registrado no mês de julho de 2021 na cidade de Porto Alegre. A pesquisa mostra que o salário mínimo necessário para adquirir a cesta básica deveria ser equivalente a R\$ 5.518,79, valor que correspondea 5,02 vezes o piso nacional vigente, de R\$ 1.212,00. O cálculo é feito levando em consideração o consumo de uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças. Em junho de 2021, o valor do mínimo necessário deveria ter sido de R\$ 5.421,84, ou 4,93 vezes o salário mínimo instituído.

O tempo médio de trabalho necessário para adquirir os produtos da cesta, em julho de 2021, ficou em 154 horas e 55 minutos. Quando se compara o custo da cesta básica com o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social (7,5%), verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, no período, 55,68% (média entre as 17 capitais) do salário mínimo líquido para adquirir os alimentos básicos para uma pessoa adulta.

Em relação aos modelos estimados, encontrou-se uma relação positiva e significativa para uma correlação entre o custo da cesta básica (medida pelo preço) e a variação no número de óbitos em decorrência da covid-19 com maiores taxas de inflação nas capitais estudadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Medida Provisória nº 1.091, de 30 de dezembro de 2021. **Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.** DOU, 30.12.2021.

_____. Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as **Comissões de Salário Mínimo.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/5/1938, Página 8600 (Publicação Original) - Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página 76 Vol. 2 (Publicação Original)

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, **variação da cesta básica**, Julho 2021.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 2021**.

MINISTERIO DA SAUDE: Dados da Covid 19 no Brasil. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br>, em 27 de agosto de 2021.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Número do Desemprego no Brasil, 2021**.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA: Dados sobre o Auxílio Emergencial. Disponível em <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>, em 27 de agosto de 2021.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introductory econometrics: A modern approach. São Paulo: Cengage learning, 2015. 701p.